



# Anais da Assembléia

Nº 247

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
PDT ..... Deputado **PAULO MAIA**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**  
PT ..... Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volmir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

## Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 005/92

DATA: 19 de outubro de 1992.

SÚMULA: Indica para preenchimento do Cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

ARTIGO ÚNICO - É indicado o Doutor GOYÁ CAMPOS para o Cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do auditor Fabiano Saporiti Campêlo.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.10.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1992.**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zannusso, Carlos Simões, César Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (50).- Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Djalma de Almeida César, José Tavares e Renato Adur (03).- Achando-se em licença o seguinte Sr. Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

Of. n° 755/92

Senhor Presidente.

Através do presente comunico a V.Exa. que fui distinguido pelo Sr. Governador com o cargo de Secretário de Estado da Justiça, razão pela qual estou licenciando-me do cargo de Deputado Estadual para assumir o referido cargo de Secretário de Estado.

Sem mais, renovo-lhe os meus profundos laços de amizade, subscrevendo-me.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) JOSÉ TAVARES.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1556**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente Requer, o adiamento por (03) três sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 246/92 (item 06), de autoria do Poder Judiciário (Ofício n° 344/92), que cria o quadro próprio dos serventuários da Justiça do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI.

**REQUERIMENTO N° 1571**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, Requerem, após ouvido o Plenário, o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão do Projeto de Lei n° 246/92, que cria o Quadro Próprio dos Serventuários da Justiça do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

LYGIA PUPATTO

OVÍDIO CONSTANTINO.

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista a complexidade, a relevância da matéria, a exigüidade de tempo para uma análise mais criteriosa que o assunto merece e, para não correremos o risco de um posicionamento equivocado, com possibilidade de prejuízos para uma categoria de trabalhadores, bem como para a sociedade em geral, entendemos ser pertinente o

adiamento solicitado.

## REQUERIMENTO N° 1560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

## REQUERIMENTO N° 1554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Doutor CARLOS CAVALCANTE, ocorrido no dia 17 de outubro do corrente ano, na cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Pandirã Cológeras n° 4, na cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO.

## JUSTIFICATIVA:

No dia 17 de outubro de 1992, faleceu o Sr. Doutor CARLOS CAVALCANTE, na cidade de Castro - Pr; seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de profundo pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

## REQUERIMENTO N° 1555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Doutor RIVADÁVIA DE GRÁCIA LARA, ocorrido no dia 17 de outubro do corrente ano, na cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Francisco Xavier da Silva n° 37, na cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO.

## JUSTIFICATIVA:

No dia 17 de outubro de 1992, faleceu o Sr. Doutor Rivadávia de Grácia Lara, na cidade de Castro - Pr; seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de profundo pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

## REQUERIMENTO N° 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso, à FAMÍLIA FARIAS, que está inaugurando nova sede em nossa Capital, da tradicional e conhecida SAPATARIA FARIAS. Trata-se de uma consagrada empresa, dirigida há anos por esta família, que unida, com zelo, dedicação e muita competência, tem conseguido ampliar seus negócios e cada vez mais satisfazer o exigente público curitibano! Neste instante em que a família Farias inaugura sua nova sede, registramos o júbilo de todos nós, seus amigos, seus consumidores e desejamos muito sucesso, muita realização!

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

## REQUERIMENTO N° 1562

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à FEDERAÇÃO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO PARANÁ, FEHOSPAR, pela conquista da sede própria.

Instalada à rua Augusto Stresser, n° 600, no Alto da Glória, nesta Capital, a sede própria da FEHOSPAR vem criar condições ainda mais favoráveis para que aquela entidade possa prosseguir os trabalhos em favor de sua classe, com muito destaque na área de saúde do nosso Estado.

Que o presente requerimento enseje as contínuas e sinceras manifestações do Poder Legislativo de apoio às atividades da FEHOSPAR e votos de ainda mais êxito e realizações.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO N° 1565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário,

não termos do parágrafo 3º do artigo 36 do Regimento Interno, prorrogação do prazo, por sessenta dias, a partir desta data, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do aumento das passagens de ônibus intermunicipais, conclua seus trabalhos.

Requer, ainda, que sejam substituídos os Deputados: Tadeu Lucio Machado, suplente que atualmente encontra-se afastado da Casa; e José Tavares, nomeado Secretário de Estado.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) CEZAR SILVESTRI.

#### REQUERIMENTO N° 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes Alberto Goldman, solicitando melhorias nas sinalizações e conservações, das Rodovias Federais do Paraná, principalmente a BR 116 e a BR 277, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) CARLOS SIMÕES.

#### JUSTIFICATIVA:

O acidente que ocorreu na BR-277, trecho da curva em São Luiz do Purunã, não existe sinalização adequada para com a periculosidade da curva, motivando assim a ocorrer o grande acidente, no qual houve o trágico saldo de 38 mortes. As condições de tráfego das rodovias está difícil, e quanto a sinalização o abandono é ainda maior, e que medidas urgentes sejam tomadas antes do início das férias escolares, quando o tráfego irá se intensificar, aumentando o número de acidentes com vítimas fatais.

#### REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, parabenizando-o ao ensejo de sua posse como Senador da República Federativa do Brasil, anexando ao mesmo o pronunciamento deste Deputado sobre a posse do Senador, neste dia 21 de outubro.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) MARIO BEZERRA

#### JUSTIFICATIVA:

O Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, ao longo de sua carreira política, tem batalhado corajosamente por causas afeitas ao Paraná; nada mais justo, portanto, essa singela lembrança.

#### REQUERIMENTO N° 1557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná felicitando pela eleição da nova diretoria.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Pela terceira vez consecutiva os telefônicos deram exemplo de organização e consciência política elegendo para direção do sindicato, pelos próximos três anos, a chapa que representa as propostas da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os telefônicos, inclusive nacionalmente, vêm obtendo inúmeras vitórias importantes no campo da atuação sindical pela garra e clareza das suas posições, combatendo o sindicalismo de resultado, a política salarial de arrocho dos sucessivos governos federais e estaduais, e defendendo, sem tréguas, os direitos dos trabalhadores. Estas posições firmes e conseqüentes, representadas pela chapa "Biqueira de Aço", foram reconhecidas nas urnas por 70% dos eleitores, uma vitória que não deixa dúvidas: venceu a democracia, venceu o sindicalismo combativo e venceram os trabalhadores.

#### REQUERIMENTO N° 1561

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando a viabilização de repasse de recursos, em caráter de emergência, ao município de Guaratuba.

Depois de lamentáveis fatos envolvendo a autoridade municipal de Guaratuba com o desaparecimento de crianças, o Executivo Municipal passou a ser ocupado pelo Senhor Paulo Chaves, que se confrontou com uma cidade endividada, próxima da falência. Nesta semana, a municipalidade deixará de fornecer, por falta de recursos, a merenda escolar para seiscentas crianças. O funcionalismo está com salários atrasados, as máquinas para obras públicas não têm óleo e combustível, a limpeza pública será paralisada. A estrutura burocrática só vem funcionando porque o prefeito tem arcado com essas despesas com recursos particulares.

Isso tudo torna-se mais preocupante quando vemos aproximar-se a temporada de férias e aumentar a necessidade de obras na região.

Diante disso, encarecemos ao senhor

Chefe do Executivo Estadual seja verificada a viabilidade de realização de repasse - em caráter de emergência - ao município de Guaratuba, a fim de garantir a manutenção de serviços essenciais à população local.

Requer-se que do presente seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal de Guaratuba e aos excelentíssimos vereadores locais.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO 1563

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Saneamento do Paraná, SANE-PAR, solicitando as providências necessárias à imediata regularização do serviço de abastecimento de água na região compreendida entre a Av. Anita Garibaldi e ruas Humberto Lewi e Tte. Cel. Servanto de Loiola e Silva, no bairro da Barreirinha, nesta Capital.

Constantemente o abastecimento de água na região supramencionada é interrompido, dificultando a vida da população local. Apesar de insistentes reclamações, dirigidas a órgãos públicos e veículos de informações, tais problemas não foram sanados e a população continua sofrendo com as seguidas interrupções.

Diante disso, confiamos nas competentes ações da SANEPAR, a fim de regularizar o abastecimento na região mencionada.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1564

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral da Justiça, Dr. Luiz Carlos Delazzari, solicitando a reabertura do Inquérito n° 205/89, que apura denúncia de uso de trabalho escravo na fazenda Guatambu de propriedade da Compet, no município de Bocaíuva do Sul, arquivado em 1990.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(aa) LYGIA PUPATTO

OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

A sociedade brasileira e paranaense não pode conformar-se com o arquivamento do referido inquérito, sem que as denúncias tivessem sido efetivamente apuradas e seus responsáveis levados a julgamento nos termos da Lei, por estarem envolvidos na prática de um crime abominável, que pensamos extinta há mais de um século com a

abolição do regime de escravidão em nosso País. No momento atual não podemos mais conviver e aceitar passivamente esta forma medieval de exploração dos trabalhadores.

O presente requerimento não faz um pré-julgamento, porém, pede que os mesmos não sejam objeto de ação sumária e com fortes indícios de privilégio de uma das partes envolvidas.

#### REQUERIMENTO 1567

Senhor Presidente.

O Deputado subscrito do presente, em atribuição conferida pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o egrégio Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Moacyr José Favetti, solicitando mais uma vez, para o município de Ponta Grossa, imediato esclarecimento sobre a retomada das obras paralisadas há vários anos do prédio do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, localizado ao lado da 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa. As comunidades atendidas pelo IML, e são dezoito municípios, continuam carentes do benefício e não tem recebido convincentes explicações do Governo do Estado quanto ao assunto.

Fica assim o IML de Ponta Grossa, que continua carente de pessoal técnico especializado, instrumental, veículos e espaço físico, à mercê da boa vontade governamental, em que pesem as promessas de campanhas eleitorais que se sucedem, em detrimento imediato de todas as comunidades atendidas.

A imprensa e as comunidades continuam a cobrar, mas as autoridades se colocam em posição que distancia, e muito, os problemas que continuam a se acumular, sem solução, tanto que há alguns meses a própria chefia do IML de Ponta Grossa já havia solicitado a paralisação das atividades do órgão por absoluta falta de condições mínimas de trabalho.

O que se busca, Senhor Presidente, é a palavra final e oficial do Governo do Estado sobre o assunto que vem inquietando os municípios dos Campos Gerais ante a indiferença daquele.

Quando às obras serão retomadas e quando estarão em condições totais de atendimento às comunidades que deveriam ser bem assistidas e não estão sendo.

A esta questão, solicita-se a resposta.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

#### JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do presente, justificam-no plenamente.

#### REQUERIMENTO N° 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a autoridade competente, no sentido de atender as seguinte Pedido de Informações:

1) Qual a situação legal, hoje, da BISA - Banestado S/A Informática, empresa do Conglomerado BANESTADO. Foi extinta? Foi incorporada por outra empresa do mesmo Conglomerado? Qual?

2) Em que situação se encontra a posição dos empregados da citada empresa? Houve acordo para que os mesmos sejam transferidos para outra empresa? Este acordo já foi homologado? por que autoridade? Quando?

3) Em que Assembléia de Acionistas foi decidida esta mudança na BISA? Anexar cópia da ata desta Assembléia.

4) Quantos empregados possuía a BISA em janeiro deste ano. E atualmente, quantos são?

5) A decisão de desativar a BISA foi adotada com base em algum documento específico, alguma orientação específica do Senhor Governador? Quem produziu este documento (parecer, relatório?...)? Ou foi orientação expressa do Senhor Governador, através de que documento?

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos recebendo inúmeros pedidos de funcionários e ex-funcionários da BISA, que alegam muitas queixas em relação à situação da empresa. Desejamos analisar a situação, cotejar com as informações recebidas. Para tanto, é importante que o próprio BANESTADO forneça sua versão, nos encaminhe informações e documentos, para podermos, ao final, concluir por uma posição a respeito!

#### REQUERIMENTO N° 1553

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que determine à Secretaria competente, atender ao seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

I) - Qual a folha de pagamento discriminada, da Faculdade Estadual de Paranavaí.

II) - Relacionar para cada nome citado nesta Folha de Pagamentos, sua função atual e carga horária semanal de trabalho.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Recebemos em nosso Gabinete algumas reclamações, por parte de alguns funcioná-

rios e mesmo algumas lideranças comunitárias, sobre o funcionamento da Faculdade Estadual de Paranavaí. Desejamos fazer uma apreciação correta, evitar julgamentos precipitados e para tanto, estamos formalizando este Pedido de Informações, que se atendido, nos proporcionará os subsídios necessários.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 292/92  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Segurança de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Segurança de Guaratuba, entidade criada em 26 de abril de 1989, como uma organização civil, de direito privado, sem fins lucrativos, tem como finalidade precípua de sua existência, a contribuição para o bom relacionamento de entidades, lideranças e a população em geral, com os competentes órgãos da Polícia Civil e Militar do Município de Guaratuba. A instituição procura promover ações educativas, por meio de palestras, conferências e campanhas objetivando a melhoria das condições de Segurança do Município, fiscalizando a ação policial, encaminhando às autoridades superiores as denúncias e queixas, as reivindicações e necessidades da Comunidade, auxiliando também, no combate as causas da violência e criminalidade.

Estando a iniciativa legislativa de conformidade com os preceitos da Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, norma que estipula regras para a declaração de Utilidade Pública para sociedades civis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, solicitamos o apoio dos nobres pares ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 293/92  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Motoristas e Cobradores do Estado do Paraná- A.M.C- Pr, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Motoristas e Cobradores do Estado do Paraná- A.M.C., Pr, entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública tem como objetivo congregar os motoristas e cobradores do Estado do Paraná para a promoção de eventos sociais, culturais, de lazer e estudos para melhorias para a classe dos motoristas e cobradores no âmbito estadual.

A presente proposta legislativa está em perfeitas condições de merecer a apreciação desta Casa de Leis, pois a iniciativa atende aos mandamentos regimentais, bem como, presta inteira atenção aos ditames da Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estipula normas para a declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Assembléia ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 294/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, denomina-se auditoria ambiental a realização de avaliações e estudos destinados a determinar:

I - Os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

II - As condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

III - As medidas a serem tomadas para restaurar o meio ambiente e proteger a saúde humana;

IV - A capacidade dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

Art. 2º - O Conselho de Política Ambiental - COPAM, determinará, quando necessário, a realização de auditorias ambientais ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Parágrafo Único - As auditorias ambientais serão realizadas às expensas dos responsáveis pela poluição e/ou degradação ambiental, por entidades de comprovada capacitação técnica.

Art. 3º - A omissão ou sonegação de informações relevantes por parte das entidades responsáveis pelas auditorias resultará no seu descredenciamento.

Art. 4º - Deverão obrigatoriamente

realizar auditorias ambientais periódicas, com o intervalo máximo de 3 (três) anos, as empresas ou atividades de elevado potencial poluidor, entre as quais:

I - As refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seu derivados;

II - As instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

III - As instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

IV - As unidades de geração de energia elétrica, a partir de fontes térmica e radioativas;

V - As instalações de tratamento e os sistemas de disposição final de esgotos domésticos;

VI - As indústrias petroquímicas e siderúrgicas;

VII - As indústrias químicas e metalúrgicas.

Art. 5º - Compete ao Conselho de Política Ambiental - COPAM, definir as dimensões e características das instalações relacionadas no Artigo anterior, que poderão ser dispensadas da realização de auditorias periódicas, em função de seu pequeno porte ou de seu reduzido potencial poluidor.

Art. 6º - As diretrizes para a realização de auditorias ambientais deverão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

I - Dinâmica dos processos operacionais do empreendimento, com o manejo de seus produtos parciais, finais e dos resíduos em geral;

II - Impacto sobre o meio ambiente, provocados pelas atividades operacionais;

III - Avaliação de riscos de acidentes e dos planos de contingências para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessário;

IV - Alternativas tecnológicas disponíveis, inclusive de processo industrial e sistemas de monitoramento contínuo, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;

V - Saúde dos trabalhadores e da população vizinha.

Art. 7º - Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais serão acessíveis a consulta pública, preservado o sigilo industrial.

Parágrafo Único - Notícia do encaminhamento dos resultados da auditoria ambiental ao órgão governamental responsável será objeto de publicação, sob o título de "Auditoria Ambiental", em periódico de grande circulação com informação sobre o local em que os documentos poderão ser consultados.

Art. 8º - A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efeti-



vas ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor.

Art. 9º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(aa) LYGIA PUPATTO

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Os procedimentos vinculados à elaboração de estudos de impacto ambiental, previstos na Lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, atingem os empreendimentos nas fases de licenciamento prévio, licença de implementação e licença de operação.

Essas licenças são requeridas no caso da implantação de novos empreendimentos, ou expansão de empreendimentos antigos.

De fato, os estudos de impacto ambiental e os correspondentes relatórios continuam sendo o mais importante instrumentos de que dispõe a sociedade civil para assegurar a sua participação ao processo de tomada de decisão em matérias de seu interesse, no que diz respeito à proteção dos valores ambientais e da qualidade de vida.

Tais instrumentos não se aplicam, porém, às atividades já instaladas. Daí a necessidade de complementá-los com a figura da Auditoria Ambiental, objeto do presente projeto de lei.

Muitas unidades industriais antigas, principalmente aquelas cujos processos são obsoletos e altamente poluidores, escapam da obrigatoriedade de estudo de impacto ambiental necessário ao conhecimento da integração de seus processos industriais com a qualidade ambiental.

Mesmo para aquelas cujo licenciamento exigiu o estudo de impacto ambiental torna-se necessário, com o passar dos anos, um instrumento legal eficiente, que determine periódicas avaliações do que foi disposto no estudo anterior, que se torna, por não prever uma atualização permanente de suas posições, um instrumento de avaliação estático, incompatível com a dinâmica dos processos industriais sob constante evolução e modificação, e com os processos ecológicos também altamente dinâmicos.

No processo de avaliação do aproveitamento de concessões de exploração de jazidas minerais, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - adota, há muitos anos, uma postura bem diferente. O minera-

dor titular da concessão é obrigado a apresentar relatórios periódicos atualizados, comprovando, junto ao DNPM, sua atuação na exploração racional da jazida.

Com a instituição das auditorias ambientais periódicas e ocasionais, o Estado contará com instrumento eficiente para, no primeiro caso, manter atualizado o acompanhamento dos processos de impacto ambiental, que antes se resumia à avaliação inicial; e, no segundo caso, para atender, a qualquer momento, as suspeitas de eventuais situações de impactos de alto grau, a fim de que se possam tomar medidas adequadas de correção com a necessária urgência.

De fato, assim como as atividades econômicas se concentram sujeitas às auditorias episódicas, para avaliar a sua "saúde financeira", e correção dos procedimentos envolvidos em sua administração, à auditoria ambiental destina-se a informar a coletividade e a proteger sua saúde, assegurando uma utilização mais adequada dos recursos ambientais e sua progressiva recuperação.

Ademais, a presente proposta incorpora, integralmente, o conceito poluidor-pagador (que, em hipótese alguma, resulta no direito de pagar para poluir), transferindo, para as atividades econômicas que utilizam os recursos ambientais, uma parte significativa da administração do bem-comum, que hoje recai sobre os cidadãos, de forma indiscriminada, por meio do processo de recursos públicos tais órgãos governamentais encarregados do controle ambiental.

Por último, cumpre ressaltar a iniciativa pioneira da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, através do Deputado Carlos Minc, que, na abertura dos trabalhos legislativos deste ano, apresentou proposições semelhantes, ora em tramitação naquela Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 295/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1º - A prática do abortamento nas hipóteses admitidas pelo art.128 do Código Penal Brasileiro, será realizada na rede hospitalar pública, do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único - Exclui-se da determinação firmada no caput deste artigo os hospitais que não prestam atendimento na área da saúde da mulher, ficando ressalvados os casos de emergência previstos no art.128, § 1º, do Código Penal Brasileiro.

Art. 2º - Nos casos em que a prática do abortamento tenha por motivo o risco de vida atual ou iminente da gestante, será realizado mediante diagnóstico, por escri-



to, do médico responsável pela paciente.

Parágrafo Único - A gestante poderá recorrer da conclusão referida no caput deste artigo à Comissão Multi-profissional da unidade de saúde referida no art. 4º deste projeto, que deverá manifestar no prazo máximo de cinco dias.

Art. 3º - Nos casos de gravidez resultante de estupro o abortamento será realizado mediante apresentação de cópia de registro policial de ocorrência ou laudo do Instituto Médico Legal ou de outras peças de investigação bem como autorização escrita firmada pela própria gestante ou por seu representante legal nos casos de incapacidade.

§ 1º - A gestante ou seu representante legal nos casos de incapacidade declarar-se-á cliente do dispositivo art.340 do Código Penal Brasileiro.

§ 2º - Em casos de dúvida sobre os documentos apresentados, a Comissão Multi-profissional da unidade de saúde será chamada a se manifestar e deverá emitir parecer no prazo máximo de 5 dias, baseado em prova policial na oitiva da gestante e testemunhas, e em demais meios de provas admitivas em direito.

§ 3º - O abortamento será realizado no prazo de 7 dias contados da apresentação dos documentos referidos no caput deste artigo ou do parecer da Comissão Multiprofissional nas hipóteses em que for cabível a sua edição.

Art. 4º - O Secretário Estadual da Saúde formalizará em cada Unidade Hospitalar a criação de Comissão Multiprofissional constituída por 5 servidores, ouvida previamente a Direção da Unidade Hospitalar.

Art. 5º - Fica assegurado ao médico a possibilidade de se escusar do abortamento em qualquer das hipóteses disciplinadas por razões de consciência em conformidade com o código de Ética Médica.

Parágrafo Único - O disposto no caput não afasta em qualquer hipótese a responsabilidade da Unidade de Saúde no cumprimento da lei devendo indicar novo profissional no prazo de 2 dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) LYGIA PUPATTO

Apoiamento: Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Embora evidentemente não se tenham dados exatos, é de conhecimento público que grande número de abortos é praticado clandestinamente em nosso Estado. A organização das Nações Unidas estima que milhões

desses abortos sejam realizados anualmente no Brasil.

Sabemos, ainda, que a maioria dos abortos é realizada em condições inadequadas, colocando em risco a vida da gestante. As complicações clínicas e seqüelas do aborto provocado são freqüentes, podendo mesmo levar ao óbito. Tal fato se torna ainda mais gritante, quando consideramos a camada mais pobre da população, que se vê, muitas vezes, sem assistência médica.

O nosso Código Penal torna legal a realização do aborto em dois casos: quando a gestante corre risco de vida e quando é vítima de estupro.

A Constituição da República atribui a regulamentação das ações e serviços de saúde ao Poder Público e sua execução, direta ou através de terceiros (art.197). As ações e serviços públicos constituem um Sistema Único, que tem como uma de suas diretrizes o atendimento integral a saúde (art.198).

Ademais cabe-nos viabilizar o disposto no artigo 170 e 176 da Constituição Estadual, que atribui ao Estado a competência de garantir, Rede Pública Hospitalar, o atendimento para a interrupção da gravidez, nos casos previstos em lei.

Tal importância do tema, que o dispositivo mencionado se encontra também expresso nas Constituições de vários Estados, como São Paulo, Minas Gerais, Pará, Amazonas, Goiás.

Bastaria a observância das leis federais em vigor, para se assegurar à mulher tal entendimento. Entretanto, Estado e municípios têm ido além, no sentido de viabilizarem esses serviços; são exemplos uma portaria do Secretário da Saúde do Governo Orestes Quercia, Dr. José Aristodemo Pinotti, a Portaria nº 692/89, assinada pela Prefeita Luiza Erundina e a Lei Municipal nº 6.849, sancionada pelo Prefeito Saturnino Braga, do Rio de Janeiro. Tramita, no nível federal, o Projeto de Lei nº 20, de 1991, de autoria dos Deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, regulamentando a matéria no âmbito da Federação.

Somos conhecedores da questão moral que envolve qualquer tipo de aborto. O que não podemos permitir é que, mesmo legalmente amparadas, as mulheres que correm risco de vida devido à gravidez, ou que carregam em si a lembrança viva de um ato criminoso deixem de ser atendidas condignamente.

Somos conhecedores, ainda, da situação do atendimento à saúde no Brasil.

Sabedores que o Sistema de Saúde encontra-se sucateado e tem inúmeras deficiências que vão da falta, às vezes, de receituário, à falta do elemento humano. O que não permitiremos, usando todos os instrumentos ao nosso alcance, é que a si-

tução perdure.

Acreditamos estar contribuindo no sentido de que se efetive a aplicação de dispositivo legal altamente oportuno.

Tendo em vista a inegável justiça e a premente necessidade da implantação das medidas que esse projeto de lei pretende efetivar, confiamos na sua aprovação pelos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 296/92  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam isentos do pagamento de passagens, os carteiros que em serviço utilizarem o transporte intermunicipal de passageiros no Paraná.

§ 1° - Para o gozo da isenção de que trata este artigo, os carteiros deverão estar devidamente uniformizados ou portando a carteira de identificação da empresa.

§ 2° - Os carteiros, quando em serviço, utilizarão as portas de saída dos ônibus.

§ 3° - Os carteiros, na situação prevista nesta lei, poderão viajar de pé, quando completa a lotação normal do veículo.

Art. 2° - As isenções de pagamento de passagens pelos carteiros em serviço, prevalecerão durante toda a semana executando-se os domingos e feriados, quando eventualmente não houver expediente nos serviços postais e de telecomunicações.

Art. 3° - Ficam a autoridade competente do Estado e os concessionários do transporte intermunicipal de passageiros obrigados a conceder passe livre aos carteiros, nos termos da legislação vigente, particularmente a que aprovou o regulamento dos serviços postais e de telecomunicações.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.92

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Os carteiros constituem uma valiosa classe de operários, que prestam um importante serviço à comunidade. Como funcionários públicos, não gozam do devido reconhecimento salarial e integram os milhões de servidores mal remunerados e que ainda precisam se locomover por vastas regiões, em muitas vezes precisando utilizar-se do ônibus de passageiros. Em consequência, estamos propondo a isenção do pagamento da passagem, quando em serviço, aos carteiros que venham a utilizar-se dos ônibus de passageiros, nas linhas intermunicipais, cujas concessões são de responsabilidade do Governo do Estado!

No Pequeno Expediente tem a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) Só queria anunciar a presença nesta Casa do Prefeito eleito de Teixeira Soares - Bartolomeu Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Seja bem-vindo. É um prazer tê-lo aqui com a gente.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Gostaria de registrar com muita satisfação a honrosa presença do Prefeito eleito da simpática Cidade de Cruzeiro do Oeste que é o companheiro José de Castro, Wilson, Presidente do PMDB e Ivo, Presidente do PST.  
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sejam bem-vindos a esta Casa também.  
Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
(Lê)

"Dois importantes acontecimentos políticos ocorridos nos últimos dias são motivo de muita satisfação e alegria para os membros desta Assembléia e a população paranaense.

A escolha do Senador José Eduardo Andrade Vieira para ocupar o cargo de Ministro da Indústria, Comércio e Turismo representa a parcela de contribuição que o Paraná pode oferecer ao Governo Federal, no sentido de que o País consiga superar as graves dificuldades acumuladas nos escombros do desastrado governo Collor. O Senador José Eduardo representa hoje não só uma importante liderança política e empresarial do Paraná, incansável batalhador em defesa dos legítimos interesses do nosso Estado e da sua população, como também se projeta no cenário nacional pela profundidade do seu conhecimento e a visão abrangente das grandes questões brasileiras.

Interpretando muito bem a opinião nacional, o Senador, já escolhido Ministro do Presidente Itamar Franco, criticou a criação de novos impostos que possam sobrecarregar, ainda mais, a já elevadíssima carga tributária que confisca parte substancial dos ordenados e salários dos brasileiros, gerando, igualmente, pesados encargos para os empresários do nosso País.

Nos primeiros momentos, como já estávamos desabitutados a ouvir vozes discordantes no Governo, um resquício dos tempos ditatoriais, os veículos de comunicação

social do País, estranharam a atitude do ministro paranaense que, com coragem e independência, proclamou que a criação do Imposto sobre Transações Financeiras - ITF, reúne mais inconvenientes do que benefícios, além de ter um elevado custo social para o País. Hoje, o próprio Presidente Itamar Franco diz que não sabe se o ITF vale a pena e que seus ministros da área econômica precisam convencê-lo da necessidade desse imposto, num reconhecimento de que o Ministro José Eduardo está com a razão. A própria imprensa evoluiu em suas considerações iniciais para reconhecer a validade das manifestações de José Eduardo. O conceituado jornal brasileiro "Folha de São Paulo", um dos mais importantes jornais do País, publicou em sua edição do dia 20 do corrente, um editorial sob o título: "Realismo Indispensável", no qual analisa as declarações do ministro que representa o Paraná no Governo interino. Disse a "Folha de São Paulo" que a entrevista do Senador, já Ministro, "revelou uma análise lúcida e objetiva sobre alguns temas cruciais do País".

O ministro - prossegue o editorial da "Folha" - afirmou-se contrário aos subsídios e incentivos fiscais usados no País. O distorcido modelo atual de fato tem servido, como ressaltou José Eduardo, muito mais para concentração de riqueza do que para beneficiar o trabalhador - a um alto custo para o contribuinte.

O jornal prossegue dizendo que "outro destaque positivo das afirmações do Ministro paranaense foram as ressalvas contra o Imposto sobre Transações Financeiras proposto pela equipe econômica. Se expõe as divergências internas do Governo, a crítica sem dúvida se justifica: o ITF viria somar mais um tributo a uma estrutura injusta e confusa que exige, ao contrário, uma radical simplificação.

O ministro José Eduardo apoiou ainda a indispensável abertura comercial, defendendo porém uma redução de alíquota mais rápida em alguns setores, como máquinas e equipamentos, e mais lenta em outros, como trigo (importante no Paraná, Estado do Ministro).

São declarações pontuais como essas que fazem até os destaques do Governo. O que o País espera é que também o restante da equipe comece, e logo, a demonstrar o mesmo realismo e consequência nas suas posições, concluiu a Folha de São Paulo, revelando o retrato do homem certo para o importante ministério. O jornal "Indústria & Comércio", de Curitiba, respeitado órgão de nossa imprensa, também analisou a presença de José Eduardo no Ministério, para considerar que "o Paraná fica feliz, com a certeza de que um de seus melhores filhos poderá contribuir significativamente para

que o Brasil trilhe novos rumos, retomando a marcha para o desenvolvimento.

É por isso, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que propus ontem, a esta Assembléia envio de mensagem ao Ministro José Eduardo congratulando-nos com as firmes, corajosas, oportunas e coerentes manifestações de Sua Excelência sobre os graves problemas da atual conjuntura brasileira.

De outra parte, devemos saudar a presença do ilustre paranaense Luiz Alberto Martins de Oliveira no Senado da República. Durante dezesseis anos, Luiz Alberto desempenhou sucessivamente o mandato de Deputado Estadual, destacando-se nesta Assembléia Legislativa como atuante Parlamentar, que muito contribuiu para o engrandecimento da classe política e a valorização do Legislativo em nosso País.

Presidente da União Parlamentar Interestadual, por dois mandatos, Luiz Alberto descende de uma ilustre família paranaense vocacionada para a política e as causas públicas. É filho do ex-Deputado Estadual Cândido Martins de Oliveira, que durante vários mandatos contribuiu com os trabalhos desta Assembléia, e irmão do Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira, integrante do Tribunal de Contas.

Os jornais de hoje informam que Luiz Alberto, atendendo convite do Ministro José Eduardo e da Executiva Nacional do nosso partido, ingressou nas fileiras do PTB, para ampliar a liderança política representada no Paraná pelo Senador José Eduardo de Andrade Vieira e contribuir para maior projeção do nosso Estado no cenário político nacional.

São esses dois acontecimentos, a que me referi no início deste meu pronunciamento, que constituem motivo de júbilo para esta Assembléia do povo paranaense.

Muito obrigado".

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. MÁRIO BEZERRA - Pois não.

O Sr. Colombino Grassano - Eu quero me solidarizar com o discurso de Vossa Excelência na manifestação que todos devemos dar e oferecer ao Ministro José Eduardo Vieira, ele não é Ministro do Paraná, ele é Ministro do Brasil e nós paranaenses devemos nos sentir muito orgulhosos desta escolha, porque recaiu numa pessoa de bem, um homem inteiramente voltado para os problemas do Estado que, sem ter uma atuação partidária ou política anteriormente, vem se revelando um político e, acima de tudo, de muita responsabilidade e de independência.

Longe de significar inexperiência, o

seu comportamento e a sua atitude de repúdio a qualquer novo imposto que viria sobrecarregar a sociedade brasileira, nós devemos reconhecer nesta manifestação do Senador José Eduardo contra o ITF, o sintoma de que alguém no Governo Federal vai assumir o Ministério com responsabilidade, com altivez, com independência, pensando antes no Brasil do que os próprios interesses dos homens que estão no Governo.

Tenho pelo Senador José Eduardo Vieira o maior respeito e a maior admiração, confio no seu trabalho, por que um homem que conseguiu levar a sua empresa a uma situação de destaque nacional, haverá de se conduzir da mesma forma no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e dessa forma contribuir decisivamente para o desenvolvimento e para o aumento de empregos no Brasil, porque a sua meta, ainda ontem o Jornal Indústria e Comércio fazia uma entrevista com S. Excelência e S. Excelência informava que o seu Ministério será de desenvolvimento e de geração de empregos. É isto que a Nação Brasileira precisa para sair da recessão e para reencontrar um clima de trabalho, de prosperidade e de maior oportunidade de emprego a todos os seus filhos.

Solidarizo-me com o discurso de Vossa Excelência, cumprimento o Brasil por ter ganho um grande Ministro e também me associo às manifestações de Vossa Excelência no aplauso a assunção do Senador Luiz Alberto de Oliveira na vaga do Senador José Eduardo, porque com a sua inteligência haverá de continuar representando muito bem o Paraná no Senado da República.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Colombino Grassano. Concedo o aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Guimarães - Deputado Mário Bezerra, quero me solidarizar com o pronunciamento de Vossa Excelência e parabenizar o Senador, hoje Ministro, José Eduardo, pelo posicionamento que tomou na questão de mais um imposto em cima do cidadão brasileiro. Fica fácil! Fica fácil, a máquina cresce, o número de funcionários públicos cresce, o número de empresas estatais nas costas do Governo cresce dia-a-dia, e surge só um jeito do Governo dar continuidade: é baixar impostos e mais impostos em cima do povo para ver se conseguem manter uma máquina deste tamanho.

Somos contrários à criação de novos impostos para que possa aumentar esta máquina e o Estado ter, dia-a-dia, mais funcionários. A saída, no meu modo de ver é justamente ao contrário, é através da privatização e da diminuição desta máquina pública, aí conseguiremos alcançar o objetivo de termos um País melhor.

Quero citar também o nome de Luiz Alberto Martins de Oliveira, que esteve por quatro mandatos na Assembléia Legislativa, onde organizou inúmeros trabalhos em prol do nosso Estado do Paraná. E digo, vamos estar muito bem representados no Senado Federal com Luiz Alberto Martins de Oliveira, homem que entende de Legislativo como já demonstrou num grande trabalho pelo nosso Estado, aqui, e lá, tenho certeza, nós paranaenses teremos um grande representante que é nosso amigo também!

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço o aparte, nobre Deputado Plauto Guimarães. Concedo o aparte ao nobre Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Deputado Mário Bezerra, gostaria de cumprimentá-lo pelo discurso que faz nesta tarde, na tribuna, e dizer que, na verdade, independente das posições que venham a tomar os nossos representantes, não há dúvida que quem leva vantagem é o Paraná que não pode perder o seu espaço. O Paraná sempre teve Ministros na República, e nesta mudança, uma mudança em que todos nós estamos esperançosos, achamos que vem para acertar, porque depois de toda a bandalheira que houve na Nova República a esperança de todo o Paraná e do Brasil é que dias melhores virão. E o Paraná volta, no Ministério da Indústria e Comércio com a pessoa do Senador José Eduardo de Andrade Vieira, em seu lugar vai um brilhante Parlamentar, todos nós o conhecemos, aqui na Assembléia, onde tivemos a oportunidade de estar num Mandato ao seu lado, Luiz Alberto Martins de Oliveira. O Paraná de novo continua no comando da Itaipu Binacional, na pessoa do ex-Governador, Presidente Nacional do nosso Partido, o Partido Social Trabalhista, e nós esperamos que outros cargos venham ocupar, quer seja na diretoria da Caixa Econômica, na diretoria do Banco do Brasil, enfim, eu acho que o Paraná tem que estar presente e contribuir para que neste Governo de transição, para que no Governo Itamar Franco, Governo de esperança de todos nós, possamos contribuir para que realmente acertemos, dando demonstração de que o Paraná pode dar exemplos, porque é sem dúvida modelo de administração e seriedade no Brasil.

Por isto parabenizo e espero, como Vossa Excelência, dias melhores para o Paraná e para o Brasil.

O Sr. Ademar Traiano - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Deputado Mário Bezerra, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento. Na

verdade o Paraná empresta ao Brasil um dos nomes mais importantes da vida política. Como industrial, como empresário, José Eduardo Vieira, com certeza, haverá de dar sua contribuição ao Brasil. E o Paraná está mais uma vez presente no cenário nacional com um dos nomes mais importantes da vida política deste Estado.

Ao mesmo tempo em que o cumprimento pelo discurso, gostaria também de estender os nossos cumprimentos a este que foi um dos mais brilhantes Parlamentares que esta Casa já conheceu, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que ocupa a vaga deixada pelo Senador José Eduardo Vieira. Como paranaense acima de tudo, como sudoestino, sinto-me extremamente feliz, porque o Sudoeste do Paraná empresta um dos seus homens, mais uma vez ao Brasil. Com certeza haverá de fazer com que sua estrela brilhe no cenário nacional, representando de forma brilhante o Paraná e, acima de tudo, a Região Sudoeste do Paraná.

Parabéns pelo seu brilhante pronunciamento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço, Senhor Presidente, a cessão deste horário.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Apenas quero endossar as palavras já ditas pelos ilustres Deputados com relação à indicação do Senador José Eduardo ao Ministério da Indústria e Comércio. Acho que o atual Presidente da República além de estar reconhecendo os valores dos nossos políticos de nosso Estado, está respeitando também o nosso Estado. Acho que a indicação do nosso Senador foi muito justa e merecida, porque o Senador José Eduardo demonstra sua competência, já, perante o Senado da República. E pela experiência de homem empresário, temos certeza que seu comportamento junto ao Ministério da Indústria e Comércio será de grande avanço para o nosso País.

Parabenizo a Bancada do PTB por ter esta felicidade também de termos o Dr. José Eduardo indicado. Ao mesmo tempo ressaltando que a indicação também do ex-Governador Álvaro Dias como Presidente da Itaipu não deixa de ser um grande valor de reconhecimento à pessoa do ex-Governador e de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, pela ordem.

Gostaríamos de registrar a presença neste Plenário do vereador Jorge Sameck,

nosso companheiro da Câmara de Vereadores de Curitiba na atual legislatura e também Vereador reeleito para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência deseja boas vindas ao Vereador Jorge Sameck. Registra também com satisfação a presença em Plenário do ex-Deputado, ex-Prefeito e novamente Prefeito da Cidade de Cascavel, Fidelcino Tolentino. Bem como a presença do Deputado Federal Jony Varisco. E esta Presidência também se associa às manifestações de apoio ao Ministro José Eduardo de Andrade Vieira e ao ex-Governador Álvaro Dias, que passam a ocupar cargos importantes na esfera nacional.

Encerrado o Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PFL. (Declina).

PRN. (Declina).

PST. (Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. (Declina).

PDT. (Declina).

PL. (Declina).

PT. Tem a palavra a Deputada Lygia Pupatto.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Emilia Belinati.

Venho hoje a esta tribuna para, com pesar, despedir-me de vocês. Hoje encerro o meu mandato e amanhã meu companheiro Ernani Pudell deve reassumir a sua cadeira.

Queria dizer que, embora a minha permanência curta aqui nesta Assembléia e num período meio tumultuado em decorrência das eleições municipais, acho que foi uma experiência muito boa de vida onde aprendi muitas coisas e saio com a sensação do dever cumprido.

Fiz o que podia ser feito, sempre pensando em meus projetos, e minhas ações foram com o objetivo de pensar na maioria da população do nosso Estado.

Volto agora as minhas atividades como Professora da Universidade Estadual de Londrina retomando as minhas aulas e as minhas pesquisas e lá em outra esfera vamos continuar lutando pela melhoria da educação do nosso Estado e pela autonomia das nossas atividades que, infelizmente, nós pensávamos que essa luta já era uma luta do passado, mas pelo que estamos vendo vamos ter que muito lutar ainda.

Em janeiro assumo uma cadeira na Câmara de Vereadores de Londrina onde quero trabalhar também com muito afinco e seriedade e também pela melhoria das condições de toda a população daquela cidade que eu

gosto tanto. E ainda até lá vamos trabalhar pela eleição no segundo turno do nosso candidato a prefeito Luiz Eduardo Cheida que está numa coligação chamada Londrina na frente e tem como vice o companheiro Assad Janani do PDT e o apoio de vários outros partidos. E nós temos a certeza de termos a melhor proposta para Londrina.

Como vêem, a nossa luta vai continuar em outra esfera que acho tão relevante quanto essa. Acho que esse é o nosso dever e o meu dever como cidadã brasileira, porque se cada um de nós fizer o que tiver ao nosso alcance acho que poderemos contribuir para a melhoria do tão sofrido povo nosso nos atuais dias.

E para terminar quero desejar a todos vocês um ótimo trabalho até o final dessa legislatura e solicitar que todas as ações sejam sempre no intuito de melhorar a situação do povo paranaense.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (**Aparte, assentimento**) - Nobre Deputada, em primeiro lugar eu quero parabenizá-la pela eleição à Câmara Municipal de Londrina, um posto eletivo tão importante quanto o de Deputado Estadual. E quero dizer a V.Exa. que no breve lapso de tempo que convivemos eu pude aquilatar em V.Exa. qualidades de uma excelente legisladora. Eu digo isso com tranqüilidade porque não pertencço ao Partido de V.Exa., não comungo com o ideário do Partido de V.Exa., embora o respeito, e digo também com a certeza absoluta do que estou afirmando, porque nas sessões que V.Exa. compareceu, na Comissão de Justiça que eu presido com muita honra e com muito orgulho, V.Exa. demonstrou sempre, além da inteligência invulgar, um grande espírito público e cordato, ajudando em muito os trabalhos daquela Comissão. Desejamos que V.Exa. seja tão feliz na Câmara Municipal de Londrina quanto foi na Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado!

A SRA. LYGIA PUPATTO - Muito obrigada, Deputado.

A SRA. EMILIA BELINATI (**Aparte, assentimento**) - Gostaria de dizer que realmente é com tristeza que nós vemos a sua volta à Londrina, deixando a Assembléia Legislativa. Como o disse o Deputado Erondy Silvério, nesse pouco tempo de convivência que nós tivemos, nós tivemos a oportunidade de trabalhar juntas, inclusive numa comissão que foi formada para verificar o problema de segurança pública na cidade de Londrina. Nós nos identificamos muito com a sua forma de trabalhar, com a seriedade com que V.Exa. tem tratado o cargo público através dos votos da população paranaense. É realmente com tristeza

que lamentamos que V.Exa. tenha que voltar para Londrina, mas ficamos felizes também em saber que Londrina vai receber uma vereadora que tem compromisso com a sociedade, com a comunidade, que leva a sério o seu trabalho e que, realmente, respeita os votos que recebeu nas urnas.

Então, eu posso só desejar que Deus a abençoe nessa missão em Londrina e que os objetivos que V.Exa. tem proposto, que é o de servir à comunidade londrinense, possa ser alcançados através do seu trabalho.

Que Deus a abençoe e é realmente com muita tristeza que nós a vemos sair da Assembléia Legislativa.

Que Deus a abençoe e felicidades no cargo em que V.Exa. ocupará como vereadora que com certeza Londrina será beneficiada com a sua presença.

Obrigada.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Obrigada, Deputada.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - V.Exa. me permite um aparte? (**Assentimento**).

Sem qualquer crítica, Deputada, ao Deputado que V.Exa. substituiu nesta Casa, a sua presença ficou marcada por um comportamento irrepreensível e por um espírito público a que raras vezes nós temos assistido aqui no Plenário da Assembléia Legislativa.

V.Exa. não adquiriu experiências nos dias que passou conosco representando Londrina e o Paraná na Assembléia Legislativa porque V.Exa. tem a experiência na universidade, tem a experiência nas lutas acadêmicas e temos absoluta certeza de que, da mesma maneira que V.Exa. se houve na Assembléia Legislativa, haverá de participar com brilhantismo dos trabalhos da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina que irá ganhar, indiscutivelmente, uma grande vereadora, uma mulher preocupada com os problemas da sua cidade e que vê toda essa luta que vem desenvolvendo nesses anos, coroada de êxito através de uma eleição, a mais merecida.

Deixa aqui conosco a lembrança de uma passagem marcante e leva também os nossos votos de uma gestão e de um mandato profícuo na Câmara de Vereadores porque do trabalho de V.Exa. muito haverá de se beneficiar a população de Londrina, cuja cidade queremos tão bem, e que é também integrante da nossa região.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Muito obrigada, Deputado.

O SR. TOTI COLAÇO - V.Exa. me concede um aparte? (**Assentimento**).



Prezada Deputada Lygia, em nome da Bancada do PMDB, nós também queríamos deixar registrado nesta tarde os nossos cumprimentos, e o prazer, e a alegria que tivemos durante o tempo em que V.Exa. esteve aqui como representante do Partido dos Trabalhadores, representando com muita dignidade o Deputado Ernani Pudell. A sua presença, o seu trabalho, a sua maneira de ser e de agir dentro desta Casa nos tocou profundamente, a todos nós, e muito especialmente a Bancada do Governo, pela forma, pela sua conduta, pela sua alma, pela forma com que V.Exa. dirigiu o seu trabalho e, notadamente, conduziu à Bancada do PT juntamente com os demais companheiros seus.

Os nossos cumprimentos, os nossos parabéns também pela sua eleição em Londrina. O povo de Londrina está de parabéns porque soube escolher uma das mais brilhantes representantes que tivemos a oportunidade de conhecer aqui nesta Casa e que, por certo, fará um excepcional trabalho ao povo londrinense através da Câmara Municipal do seu município.

Os nossos cumprimentos e também os nossos parabéns.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Muito obrigada, Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Eu queria, em nome da Bancada do PST, Partido Social Trabalhista, dizer da alegria que tivemos nesse período de convívio aqui na Assembléia. Aprendemos a admirá-la como colega, como Parlamentar e aprendemos a admirá-la como amiga. Nós acompanhamos nesse pouco tempo em que V.Exa. aqui permaneceu, a sua vontade, o seu desejo de trabalho, o seu desejo de luta em prol de todos os paranaenses. Nós não temos dúvidas de que o seu trabalho na Câmara Municipal de Londrina será coroado com êxito como aqui o foi.

Por isso, em meu nome, em nome dos companheiros do PST, nós queremos agradecer pela oportunidade que tivemos de conhecê-la, pela oportunidade do convívio e desejar-lhe um trabalho muito bom, como fez aqui, lá na Câmara de Londrina e como seus companheiros, no caso o Vereador Jorge Samek, fez na Câmara de Curitiba, que foi reconduzido por aqueles companheiros que sempre esteve em defesa.

Por isso em nosso nome, em nome dos companheiros do PST, muito sucesso, muita felicidade em Londrina, junto ao seu povo e seus familiares.

O Sr. Paulo Maia - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Em nome da bancada do PDT, também nos entristecemos, mas temos certeza que a presença de V.Exa. somou muito nesta Casa e com certeza o seu trabalho há de dignificar a Câmara de Londrina com a representação séria, competente que será a sua.

Em nome da nossa bancada, leve o nosso abraço, nossa solidariedade e votos de sucesso à frente do município e da Câmara de Londrina.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Em nome da bancada do PFL e em meu nome, quero parabenizá-la, antes de mais nada pela vitória dentro do Município de Londrina, sua cidade, onde foi a mais votada. E também aqui durante este período em que estivemos juntos, dentro da Assembléia Legislativa, a sua companhia em desenvolver um trabalho dentro do Legislativo muito nos honrou e aqui eu deixo meu abraço, o apoio da bancada do PFL para a nova vereadora do Município de Londrina.

O Sr. Dr. Rosinha - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Em nome da bancada do PT, nós queremos dizer para a Lygia e para todos os Senhores Deputados que com a licença do Deputado Ernani e a chegada de Lygia Pupatto não houve nenhuma solução de continuidade no nosso trabalho.

A bancada manteve-se coesa, unida, coerente com o que nós fazemos, fazemos mediante discurso e a prática e que foi muito importante a sua chegada nesse espaço, quando o Ernani se licenciou, porque veio trazer para dentro do parlamento paranaense a participação de mais uma mulher como Deputada.

Mulheres estas que estão pouco representadas em nosso parlamento, 54 Deputados, somente duas ocuparam e ocupam cadeiras até agora. Isso no nosso entender é um reflexo da sociedade, um reflexo do comportamento machista da sociedade em que nós vivemos, que quando essa sociedade começar a enxergar a necessidade da participação da mulher, seja ela nos parlamentos, no Poder Judiciário ou no Poder Executivo, nós temos absoluta certeza que estaremos dando passo no sentido de construir uma sociedade justa, igualitária sem opressão seja essa opressão de gênero ou seja essa opressão econômica, como a importância da mulher é fundamental nesta luta e nós homens que temos a consciência disso temos que contribuir para que mais mulheres sejam eleitas na próxima legislatura.

É uma pena que venceu o período. Era bom se pudesse chegar o Ernani e continuarmos também em quatro, infelizmente não dá, mas foi ótimo estarmos juntos e nós



temos certeza que será uma das melhores vereadoras de Londrina. digo isso em meu nome e em nome do Ovídio.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Eu queria agradecer o pronunciamento de todos e desejar mais uma vez um bom trabalho para todos vocês, uma continuidade até o final dessa legislatura que acho que muita coisa nós vamos fazer pela população do nosso Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em nome da Mesa Executiva, também queremos aqui externar a nossa tristeza pela ausência da figura bonita, simpática da Deputada Lygia Pupatto que no período em que aqui esteve demonstrou a sua coerência, a sua capacidade e a sua responsabilidade em nome do povo de Londrina, do seu partido PT.

Em nome do Presidente Anibal Khury e da Mesa Executiva fica também a nossa tristeza, mas ao mesmo tempo um até breve, quem sabe o Deputado Rosinha seja convocado a ser Secretário da Saúde pelo Deputado Rafael Greca e V.Exa. retorna para a Assembléia Legislativa.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Só gostaria, Senhor Presidente, de registrar neste Plenário a presença do futuro Prefeito de Cafezal do Sul, Moisés Mendes Sanche, e do seu Vice, Paulo Takada, e também o futuro Prefeito de Engenheiro Beltrão, o nosso companheiro José Orlando Romeiro.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Registramos também a presença do Prefeito eleito de Pranchita, Gentile Peroldi e do Vice Elido Doneda, bem como a presença do suplente de Deputado Júlio Bufon, que a partir de janeiro assume o lugar do Deputado João Arruda, eleito Prefeita da cidade de Francisco Beltrão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Quero registrar a presença também do Prefeito eleito, do ex-Prefeito e Prefeito eleito de Rondon, Paulo Borges, que se encontra nas galerias, e dizer também da satisfação que temos de receber o nosso futuro Deputado da Bancada do PST, Júlio Bufon, já registrado per V.Exa.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Prefeito eleito de Tupãssi, Valdecir Aco e ainda o Prefeito de São Pedro do Iguaçu, o Senhor José Mendes de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sejam bem-vindos a esta Casa.

Curitiba, quarta, em 21.10.92

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem) - Queria registrar a presença também do Prefeito eleito do Município de Quatro Pontes e do seu Vice, Paulo Brandt. do Município também de Maripá, Moreira, do Município de Itaipolândia, Lotário, e também dos diversos Prefeitos da região oeste, que se fazem presentes nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - São todos bem-vindos a esta Casa, e desejamos também que tenham uma boa administração nos próximos quatro anos. Transfiro a Presidência ao Deputado Anibal Khury. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados. Sobre a mesa, Ofício nº 755/92, subscrito pelo Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, comunicando que fui distinguido pelo Senhor Governador com o cargo de Secretário de Estado da Justiça, motivo pelo qual estou licenciando-me do cargo de Deputado Estadual para assumir o referido cargo de Secretário de Estado. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Lygia Pupatto, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 204/92, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina, no Município de União da Vitória. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 128, de 03.09.92).**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 066/92, de autoria do Deputado Paulo Maia, o Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações,

associações ou sociedades civis que restringem o Direito da Mulher ao emprego urbano ou rural. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido Projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO  
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 066/92.**

Dê-se ao Projeto de Lei nº 066/92, a seguinte redação:

Art. 1º - Os estabelecimentos instalados no Estado do Paraná em que sejam praticados atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher, no decorrer do processo seletivo para sua admissão, durante a sua permanência neste, e quando de sua demissão, ficam sujeitos às sanções administrativas previstas nesta Lei.

Art. 2º - Consideram-se atos discriminatórios contra a mulher, para efeito desta Lei, todos aqueles que atentem contra a igualdade de direitos estabelecidos pela Constituição da República, e em especial:

I - Qualquer forma de exame ou revista íntima em local inadequado ou impróprio ou por pessoas que não sejam do sexo feminino.

II - A manutenção de aberturas nas instalações sanitárias, objetivando o controle de tempo de permanência da mulher no local.

III - A inexistência de vestiários femininos em número, condições e proporções adequadas, quando houver necessidade de utilização de uniformes ou vestimentas especiais no local de trabalho.

IV - Discriminação, para fim de admissão no emprego, quanto:

a) ao estado civil da mulher;

b) à existência de filhos;

V - Exigência, para fim de admissão ou permanência no emprego, de:

a) exames para verificação de gravidez;

b) prova de esterilização.

VI - Pagamento diferenciado à mulher, quando executando as mesmas tarefas que os homens.

VII - Rescisão do contrato de trabalho por motivo de gravidez ou casamento,

§ 1º - Nos casos do inciso VI deste artigo, a divulgação, pelos meios de comunicação, para fins de admissão, de qualquer das exigências, constitui prova suficiente, para a comprovação do ato discriminatório.

§ 2º - Nos casos dos incisos V e VI, considera-se prova a sentença trabalhista condenatória transitada em julgado.

§ 3º - A discriminação praticada no

trabalho contra a mulher negra, quando confrontadas com mulheres de outras raças, em situações idênticas, será considerado fato agravante para aplicação das sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

Art. 3º - São considerados atos atentatórios contra a mulher, todos aqueles que visam atingi-la em sua honra, dignidade e pudor pessoais, utilizando-se de coação, assédio ou violência, especialmente os que obtiverem vantagens de natureza sexual, entre os quais se incluem os crimes de:

I - estupro;

II - atentado violento ao pudor;

III - favorecimento da prostituição;

IV - todos os outros crimes capitulados no Título VI, arts. 213 a 232, do Código Penal Brasileiro.

§ 1º - A sentença penal transitada em julgado constitui prova suficiente para a comprovação dos atos capitulados neste artigo, para a aplicação das sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - O inquérito policial constitui elemento probatório a ser examinado pela autoridade administrativa quando da aplicação das sanções previstas nesta Lei.

Art. 4º - Incorrem nas penalidades previstas nesta Lei todas as empresas comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, registradas em Junta Comercial, ou as sociedades civis legalmente constituídas, com sede ou instalações no Estado do Paraná, nos quais sejam praticados os atos capitulados nesta Lei, por parte de:

I - proprietários, sócios gerentes ou prepostos;

II - Mestres, contra-mestres ou todos aqueles que, em decorrência da função, exerçam direção, supervisão ou controle do trabalho feminino.

Art. 5º - Aos infratores desta Lei, serão aplicadas as seguintes sanções de natureza administrativa:

I - advertência, nos casos do art. 2º, tendo a empresa notificada um prazo de 15 (quinze) dias para dar efetivo início visando sanar a irregularidade;

II - interdição do estabelecimento, até sua adequação, na inobservância do disposto no art. 5º inciso I;

III - inabilitação para o acesso a crédito em estabelecimentos bancários do Estado do Paraná, pelo prazo mínimo de 1 (hum) ano, nos casos do art. 2º;

IV - impossibilidade de parcelamento de eventuais débitos tributários estaduais, nos casos do art. 2º;

V - inabilitação para participação em qualquer modalidade de concorrência pública promovida pelo Estado, por meio de seus órgãos de administração direta, autárquica, empresas públicas, sociedade de econo-

mia mista e fundações, nos casos do art. 3º;

VI - suspensão, pelo prazo mínimo de 1 (hum) ano, de inscrição estadual, nos casos do art. 3º;

§ 1º - As penalidades previstas nesta Lei serão aplicadas pelo administrador público, ressalvado o direito de ampla defesa e o processo contraditório.

§ 2º - Das punições aplicadas cabe recurso, com efeito devolutivo, ao titular da Secretaria a que estiver afeta a aplicação das sanções.

§ 3º - Considera-se circunstância agravante a reincidência em período inferior a 5 (cinco) anos, na prática dos atos capitulados nesta Lei.

§ 4º - A superveniência de circunstâncias agravantes implica na aplicação da penalidade prevista no inciso VI do art. 5º desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 6º - São competentes para denunciar as infrações previstas nesta Lei:

- a) A vítima;
- b) Movimentos de mulheres;
- c) Associações de defesa dos direitos humanos;
- d) Sindicatos, federações e confederações;

c) Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, especialmente nos aspectos administrativos necessários para a sua efetiva aplicação;

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Lygia Pupatto, Paulo Maia, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Ovídio Constantino.

#### JUSTIFICATIVA:

Entre 1971 e 1985, cerca de cem milhões de mulheres incorporaram-se ao mercado de trabalho em todo mundo. A maior concentração de mulheres no trabalho, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho- OIT, encontra-se, em termos percentuais, nos setores agrário e de serviços, em especial nos países do terceiro mundo.

No Brasil, seguindo a tendência mundial já mencionada tem-se um significativo acréscimo da mão-de-obra feminina entre 1940 e nossos dias. A maior concentração dessa força de trabalho, encontra-se localizada em atividades manuais, no ensino primário e nas atividades burocráticas de escritório; áreas que segundo dados do Ministério do Trabalho, válidos para 1976, congregam cerca de 60% das trabalhadoras

no País.

A mão-de-obra feminina, no Brasil, encontra-se concentrada em áreas de baixa qualificação, especialização e remuneração.

Nesse quadro, o abuso sexual, além de outras formas de exploração e discriminação, encontra um terreno fértil para prosperar, ostentado pela fragilidade econômica e o despreparo político-cultural amplamente disseminado.

Constitui princípio fundamental brasileiro consagrado no texto constitucional, a promoção do bem comum, independente de quaisquer circunstâncias relativas à origem social, raça, sexo, cor e idade, nos termos do art. 3º, IV, da Constituição da República. A igualdade de direitos e obrigações, garantia fundamental para a democracia, determina ainda que homens e mulheres devem ser tratados de maneira igual, justa e compatível com sua dignidade.

O poder de polícia do Estado existe, portanto, para garantir a efetiva proteção aos direitos individuais, princípios fundamentais de funcionamento da sociedade. Segundo Hely Lopes Meirelles: "desde que a conduta do indivíduo ou da empresa tenham repercussões prejudiciais à comunidade ou ao Estado, sujeita-se ao poder de polícia preventivo ou repressivo, pois já salientamos que ninguém adquire direito contra o interesse público." (Direito Administrativo Brasileiro, 14ª ed., p. 113).

Sendo assim, e considerando que toda Lei deve ser clara, objetiva e eficaz, é que apresentamos tal emenda Substitutiva Geral, pois nesta prevemos sanções mais eficientes, definimos organizações que possuam poder para efetuar denúncias, e ainda diferenciamos os atos considerados atentatórios dos discriminatórios.

Neste sentido, por ser justo e necessário, além de adequado às normas constitucionais, solicitamos a aprovação desta Emenda Substitutiva Geral.

**O Projeto retorna à Comissão competente.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 075/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.M.A..

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 265/92

P A R E C E R :

O Projeto de Lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental nº 75/92, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de

Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. A matéria foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que juntamente pronunciaram-se Favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, segue o entendimento das Comissões supracitadas, manifestando-se FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.92.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na penúltima Sessão desta semana este projeto estava em discussão e não tinha o Parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Nós fizemos esta questão de ordem e foi remetido para esta Comissão. A Comissão dá um Parecer que novamente não entra no mérito da questão. Está se tirando dinheiro da SANEPAR, que é para água e esgoto e transferindo para o combate a erosão. Nós queríamos que esta Comissão analisasse o mérito. O que significa deixar de estender a rede de água tratada, deixar de estender a rede de recolhimento de esgoto, em qual região do nosso Estado e qual era a população a ser atingida? Deixar de fazer a extensão dessas duas redes significa o que, em termos de saneamento? Qual é o prejuízo? E traçar um correlato com o combate a erosão. Aonde que é que se daria a aplicação desse dinheiro? Aonde seria melhor aplicado no que diz respeito às questões ambientais? Tal Comissão não deu esse Parecer, não entrou no mérito, não esclarece absolutamente nada sobre a suplementação de verbas. Nestas condições, por não estar esclarecendo o mérito da questão, a Bancada do PT se posiciona contrária à suplementação de verba, porque foi simplesmente inócuo o parecer dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.  
APROVADO.

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PAULO MAIA - Também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Bancada do PDT, também.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

012/92, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dispõe sobre a comercialização e utilização do adesivo químico de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C., e C.S.. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.92.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 012/92 e 015/92

P A R E C E R:

A Constituição Estadual dedica vários de seus Artigos à necessidade da proteção da criança e do adolescente por parte da família, da sociedade e do Estado.

Os nobres Deputados Algaci Túlio e Plauto Miró Guimarães Filho, atendendo os dispositivos constitucionais e utilizando a competência que lhes foi conferida pelo voto popular, vêm apresentar Projetos de Leis que levam, respectivamente, os nºs 012 e 015/92, estabelecendo normas relacionadas com a comercialização e utilização de adesivo químico de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos.

Levando em consideração o crescente número de crianças e adolescentes que utilizam o citado produto com fins psicotrópicos, e não havendo impedimento legal ou constitucional que obstacule a normal tramitação da matéria, nesta Casa, somos pela aprovação da mesma pelos nobres Parlamentares Paranaenses.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

#### COMISSÃO E AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETOS DE LEI NºS 12/92 e 15/92

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Algaci Túlio e Plauto Miró Guimarães Filho, chega a esta Comissão os Projetos de Lei em epígrafe, que dispõem sobre a comercialização e utilização do adesivo químico de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos, conforme especifica,

Os referidos projetos já obtiveram parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne às atribuições desta Comissão nada há que obste a tramitação dos mesmos.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à aprovação dos mesmos.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 23.06.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PROJETOS DE LEI Nº 12/92 e 15/92

P A R E C E R:

Os referidos Projetos de Lei, de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Plauto Miró Guimarães Filho, pugnam pela adição, aos adesivos químicos de contato à base de borracha sintética e solventes aromáticos, de agentes repulsivos capazes de inibir a sua capacidade de causar dependência.

Louvando a iniciativa, cumpre-nos destacar que sob os aspectos estritos da competência desta Comissão de Saúde, nada obsta à sua normal tramitação e aprovação da matéria por esta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) LUIZ ANTÔNIO SETTI - Presidente

PAULO MAIA - Relator

#### Em votação:

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Nós no Brasil, ultimamente, estamos vivendo episódios que demonstram desespero e falta de esperança de milhões de pessoas. Temos notado um crescimento da violência, seja essa violência chamada marginal ou seja a violência por parte do Estado, seja a violência do assalto, do roubo, do estupro, que é considerada marginal, ou a violência por parte do Estado, como foi o caso da polícia, na matança, na chacina do Carandiru em São Paulo.

Nós do PT estamos empenhados na solução desses problemas estruturais que marginalizam a população. Nós sabemos que o projeto do Deputado Algaci Túlio, é um projeto que atua sobre uma questão, um fato que impede a criança a não cheirar cola porque ela será repelida por um produto químico. Isso é louvável, mas nós achamos que não podemos ficar de braço cruzado e simplesmente fazer isso. É necessário que a sociedade, nós parlamentares nos envolvamos nas soluções dos problemas estruturais, combatendo a violência do Estado e a violência fora do Estado, na sociedade e essa violência na sociedade somente será solucionada, somente se nós nos aplicarmos e investirmos bastante na questão educacional, na questão de saúde, política agrária e política agrícola do nosso País.

Nós queremos registrar o nosso voto favorável ao projeto, mas deixar bem claro que isso não é a solução para a questão do cheiro da cola, se não atingirmos, não formos atacar a questão essencial, estrutural, educacional, e que é de saúde e é de concentração de renda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. **APROVADO.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 172/92, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que dispõe sobre a utilização

Curitiba, quarta, em 21.10.92

de papel reciclado para material de expediente na Administração Pública, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.M.A. e C.A.I.C.. **Aprovado. (Public. no D.A. nº 81 de 08.06.92).**

LCM/2909/92

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 172/92

P A R E C E R:

Pretende o autor introduzir a utilização de papel reciclado por parte de todo o Poder Público, em seu material de expediente. Prevê o prazo de três anos para que as autoridades se adaptem a esta Lei.

Sem nenhuma restrição legal, bem redigido e contemplando todos os aspectos possíveis, este projeto tem nosso parecer favorável, devendo merecer a seqüência regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 172/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 172/92, de autoria do Deputado Plauto Miró, pretende introduzir a utilização do papel reciclado em material de expediente da administração pública estadual.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Finanças, entendemos que nada obsta a normal tramitação do referido Projeto de Lei nesta Assembléia Legislativa, pelo que opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 172/92

Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães

P A R E C E R:

I - O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que dispõe sobre a utilização de papel reciclado para material de expediente na administração pública.

II - De acordo com a competência atribuída a esta Comissão pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, art. 33, § 14, não encontramos óbice para a tramitação do presente.

III - Diante do exposto, somos de parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01.09.92

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 172/92

## P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado para material expediente na administração pública, conforme específica.

O presente recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Ecologia e Meio Ambiente.

No tocante à restrita competência desta Comissão, analisando os objetivos do presente, nada há que impeça a aprovação do mesmo por esta Casa de Leis.

Desta forma, opinamos favoravelmente a normal tramitação e posterior aprovação do mesmo.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 14.10.92

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 246/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 344/92, que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF.

## PROJETO DE LEI N° 246/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - O quadro de Pessoal das Serventias de Justiça do Estado do Paraná, composto de cargos de provimento efetivo, é estruturado na forma dos Anexos que integram esta Lei.

Art. 2° - As denominações, classificação, códigos, valores dos vencimentos e valores base de proventos de aposentadoria dos cargos, são os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com as respectivas Tabelas.

Parágrafo Único - O número de cargos é o estabelecido pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3° - O Quadro de Pessoal, de acordo com o regime jurídico legal dos seus ocupantes, é dividido em dois (2) grupos:

I - Grupo A - Serventias de Justiça estatizadas, composto de Titulares e Auxiliares de Ofícios de Justiça do Foro Judicial, remunerados pelos cofres públicos - Anexo I, Tabela Única.

II - Grupo B - Serventias de Justiça privatizadas por delegação do poder público, composto de Titulares de Ofícios de Justiça do Foro Extrajudicial, Oficiais Maiores e Escreventes Juramentados das Serventias de Justiça dos Foros Extrajudicial e Judicial, não remunerados, na ati-

vidade, pelos cofres públicos - Anexo II, Tabelas I e II.

Parágrafo Único - Aos atuais ocupantes dos cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado, cuja extinção é prevista em Lei, à medida que vagarem, são resguardados os direitos e garantias previstos na legislação vigente.

Art. 4° - As formas e condições de preenchimento dos cargos previstos pelos Anexos desta Lei, são reguladas pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Art. 5° - Os níveis e valores de vencimentos e de proventos de aposentadoria dos ocupantes de cargos que integram o Grupo A e os de proventos de aposentadoria daqueles que integram o Grupo B, são os estabelecidos pelas Tabelas dos Anexos I, II e III, desta Lei, para cada classe, dentro das respectivas entrâncias a que pertencem.

Parágrafo Único - Os futuros reajustes dos valores dos níveis de vencimentos e de proventos a que se referem este artigo, não poderão ser menores dos que forem atribuídos aos demais servidores públicos do Estado, por ocasião dos aumentos gerais concedidos aos mesmos.

Art. 6° - O regime de aposentadoria de ocupantes de cargos que fazem parte do Grupo A, previsto nesta Lei, é regulado pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei n° 6.147/70).

Parágrafo Único - Os atuais titulares dos cargos a que se refere este artigo, cujas serventias de Justiça ainda não estejam estatizadas de acordo com o que estabelece a Constituição Federal (Artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), continuam remuneradas através de Custas e subordinadas ao regime de aposentadoria previsto no artigo 7° desta Lei.

Art. 7° - A aposentadoria dos ocupantes de cargos que fazem parte do Grupo B, previsto nesta Lei, é regulada pela Lei n° 4.975, de 02 de dezembro de 1964, com suas modificações posteriores.

Parágrafo Único - Aos valores base dos proventos dos Serventuários da Justiça referidos neste artigo, por ocasião da aposentadoria, serão acrescidas as mesmas vantagens asseguradas por Lei aos titulares de Ofícios de Justiça remunerados pelos cofres públicos, na forma estabelecida pela legislação vigente na época da aposentadoria.

Art. 8° - Os regimes de pensão dos Serventuários da Justiça pertencentes às classes que integram os Grupos A e B de que trata esta Lei, são os previstos, para cada uma delas, nas legislações respectivas.

Art. 9° - Para efeito de pagamento das

pensões de acordo com os novos valores previstos nas Tabelas dos Anexos desta Lei, fica estabelecido um período de carência de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação.

Parágrafo Único - O período de carência de que trata este artigo não se aplica a contribuição previdenciária prevista em Lei.

Art. 10 - Fica assegurado aos ocupantes de cargos de Oficial Maior e de Escrevente Juramentado que se encontrem lotados em serventias de Justiça do Grupo A, cujo Titular venha a optar por remuneração pelos cofres públicos de acordo com o que vier a ser estabelecido em lei, o direito à remuneração correspondente ao valor fixado para os proventos de aposentadoria previstos pela Tabela II, Anexo II, desta Lei, para os respectivos cargos.

Parágrafo Único - A aposentadoria dos Serventuários a que se refere este artigo obedecerá o estabelecido pelo artigo 7º e seu parágrafo, desta Lei.

Art. 11 - Aos Escrivães do Crime e de Menores, poderá ser aplicado o regime de prestação de serviço em tempo integral e dedicação exclusiva, ou atribuída gratificação percentual pela prestação de serviço extraordinário, e a de risco de vida, na forma e condições estabelecidas em Lei.

Art. 12 - Os Serventuários da Justiça já aposentados e pensionistas terão os seus proventos e pensões reajustadas na forma e condições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo Único - A Administração por seus órgãos competentes implantará de Ofício os reajustes a que se refere este artigo.

Art. 13 - As despesas decorrentes de execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.92

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### ANEXO III TABELA ÚNICA

NÍVEL	VALOR
PS - SJ - 1.....	2.184.949,73
PS - SJ - 2.....	2.053.844,65
PS - SJ - 3.....	1.922.760,74
PS - SJ - 4.....	1.791.655,07
PS - SJ - 5.....	1.660.578,04
PS - SJ - 6.....	1.604.962,92
PS - SJ - 7.....	1.493.527,96
PS - SJ - 8.....	1.086.191,77
PS - SJ - 9.....	984.342,38
PS - SJ - 10.....	882.540,02
PS - SJ - 11.....	672.292,28
PS - SJ - 12.....	631.951,70
PS - SJ - 13.....	591.617,26

Obs. Valores para o mês de setembro de 92.



ANEXO - I

## TABELA ÚNICA - GRUPO A

SERVENTIA DE JUSTIÇA

PJ - SJ: PODER JUDICIÁRIO

CÓDIGO	CARGO	ENTRÂNCIA	CLASSE	REFERÊNCIA	NÍVEL
PJ-SJ-01	Escrivão do Cível (inclusive Vara Especializada)	FINAL	A	SJ - I	PS- SJ - 1
PJ-SJ-01	Escrivão do CÍVEL	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PS- SJ - 2
PJ-SJ-01	Escrivão do CÍVEL	INICIAL	C	SJ - III	PS- SJ - 3
PJ-SJ-02	Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial	FINAL	A	SJ - I	PS- SJ - 1
PJ-SJ-02	Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PS- SJ - 2
PJ-SJ-02	Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial	INICIAL	C	SJ - III	PS- SJ - 3
PJ-SJ-03 (*)	Escrivão do Crime (inclusive de Varas Especializadas) e Escrivão de Menores	FINAL	A	SJ - I	PS- SJ - 11
PJ-SJ-03 (*)	Escrivão do Crime e Escrivão de Menores	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PS- SJ - 12
PJ-SJ-03 (*)	Escrivão do Crime e Escrivão de Menores	INICIAL	C	SJ - III	PS- SJ - 13

(\*) Aos Titulares desses cargos poder-se-á ser atribuídas as gratificações a que se refere o artigo 111 do Anteprojeto.

**A N E X O    II**  
**GRUPO B - TABELA I**

**SERVENTIA DE JUSTIÇA**

PODER JUDICIÁRIO			ENTRÂNCIA	CLASSE	REFERÊNCIA	NÍVEL
ÓDIGO	CARGO					
PJ-SJ-04	Oficial de Registro de Imóveis	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ- 1	
PJ-SJ-04	Oficial de Registro de Imóveis	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PJ-SJ- 2	
PJ-SJ-04	Oficial de Registro de Imóveis	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ- 3	
PJ-SJ-05	Tabellião de Notas	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ- 1	
PJ-SJ-05	Tabellião de Notas	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PJ-SJ- 2	
PJ-SJ-05	Tabellião de Notas	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ- 3	
PJ-SJ-06	Oficial de Protesto de Títulos	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ- 1	
PJ-SJ-06	Oficial de Protesto de Títulos	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PJ-SJ- 2	
PJ-SJ-06	Oficial de Protesto de Títulos	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ- 3	
PJ-SJ-07	Oficial de Reg. Tít.e Dctos P-J.	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ- 1	
PJ-SJ-07	Oficial de Reg. Tít.e Dctos P.J.	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PJ-SJ- 2	
PJ-SJ-07	Oficial de Reg. Tít.e Dctos P.J.	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ- 3	
PJ-SJ-08	Oficial de Reg. Civ.Nasc.Cas.Ob.	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ- 1	
PJ-SJ-08	Oficial de Reg. Civ.Nasc.Cas.Ob.	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PJ-SJ- 2	
PJ-SJ-08	Oficial de Reg. Civ.Nasc.Cas.Ob.	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ- 3	
PJ-SJ-09	Escrivão Distrital	FINAL	A	SJ - I	PJ-SJ- 4	
PJ-SJ-09	Escrivão Distrital	INTERMEDIÁRIA	B	SJ - II	PJ-SJ- 5	
PJ-SJ-09	Escrivão Distrital	INICIAL	C	SJ - III	PJ-SJ- 6	

Luana S. de A.

*Assinado*

## ANEXO - II - GRUPO B - TABELA II

## PJ - SJ      PODER JUDICIÁRIO -      SERVENTIA DE JUSTIÇA

CÓDIGO	CARGO		CLASSE	REFERÊNCIA	NÍVEL
PJ-SJ-10	Oficial Maior - (sede de Comarca)	Final	A	SJ- I	PJ-SJ - 4
PJ-SJ-10	Oficial Maior - (sede de Comarca)	Intermediária	B	SJ- II	PJ-SJ - 5
PJ-SJ-10	Oficial Maior - (sede de Comarca)	Inicial	C	SJ- III	PJ-SJ - 6
PJ-SJ-11	Oficial Maior - (Cartório Distrital)	Final	A	SJ- I	PJ-SJ - 6
PJ-SJ-11	Oficial Maior - (Cartório Distrital)	Intermediária	B	SJ- II	PJ-SJ - 7
PJ-SJ-11	Oficial Maior - (Cartório Distrital)	Inicial	C	SJ- III	PJ-SJ - 8
PJ-SJ-12	Escrev. Juramentado-(sede de Comarca)	Final	A	SJ- I	PJ-SJ - 6
PJ-SJ-12	Escrev. Juramentado-(sede de Comarca)	Intermediária	B	SJ- II	PJ-SJ - 7
PJ-SJ-12	Escrev. Juramentado-(sede de Comarca)	Inicial	C	SJ- III	PJ-SJ - 8
PJ-SJ-13	Escrev. Juramen. (Cartório Distrital)	Final	A	SJ- I	PJ-SJ - 8
PJ-SJ-13	Escrev. Juramen. (Cartório Distrital)	Intermediária	B	SJ- II	PJ-SJ - 9
PJ-SJ-13	Escrev. Juramen. (Cartório Distrital)	Inicial	C	SJ- III	PJ-SJ - 10

OBS.: - Cargos com extinção prevista a medida que vagarem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 246/92

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei decorrente de Mensagem enviada a esta Casa, através do Ofício sob nº 344/92, do Exmo. Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado, objetivando criar o quadro próprio e o regime jurídico legal dos Serventuários da Justiça e dá outras providências.

Sob os aspectos regimental, legal e constitucional nada existe que obste sua tramitação nesta Assembléia Legislativa.

Somos de parecer favorável, opinando-se por seu encaminhamento ao Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 06.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 246/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Tribunal de Justiça, através do Ofício nº 344/92, que cria o Quadro Próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos regimental, legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto em Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Sobre o referido Projeto, Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 246/92. **Rejeita-o.**

Ainda sobre o referido Projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 246/92. **Retirado pelo autor.**

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, há um Requerimento sobre a Mesa que precede a votação dele em relação à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem razão Vossa Excelência.  
(Lê o Requerimento).

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Esse Requerimento visa adiar por dez Sessões com dois objetivos. Um deles é que nós achamos que é necessário debater mais seriamente essa questão. Temos que lembrar que projeto semelhante já foi derrotado nessa 'Legislatura. Portanto, se não é semelhante, é igual. Se houve alguma mudança, é mínima; se aquele foi derrotado, porque devemos aprovar esse hoje? Nós achamos: aquele foi derrotado. Para este, é necessário uma análise mais séria e profunda.

Por isso nós pedimos adiamento por dez Sessões e pedimos a compreensão de todos os Senhores Parlamentares para que votem favorável, pois é necessário esse debate.

A segunda razão: hoje estivemos no Palácio Iguazu, naquele ato da manhã, e, numa conversa com o Senhor Governador ele disse que está entrando com um projeto que diz respeito às questões de taxas nos cartórios e assim por diante.

Por que não esperamos aquele projeto e fazer uma discussão ampla sobre o que está se colocando, e podermos decidir não só por questões segmentadas mas decidirmos conjuntamente todos os projetos que são do interesse de toda a sociedade.

É esta a razão por que solicitamos a todos os Senhores Deputados para que votem favoráveis para adiarmos por dez (10) sessões.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Bancada do Partido Democrático Trabalhista também ia pedir a retirada deste Projeto da Ordem do Dia por entender que a sua representação na mesma Sessão Legislativa infringia o Artigo 70 da Constituição do Estado. Mas nós devemos votar com o Requerimento da Bancada do PT, visto que, neste espaço de tempo, pode-se fazer um estudo mais minucioso a respeito da matéria que de fato traz uma certa preocupação apesar das interpretações diferentes. Queremos também, já aproveitando a oportunidade, voltar a registrar que a Bancada do PDT não é contrária ao investimento de valores da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; mas somos contrários - como registramos ontem - o fato do cancelamento de rubricas que, na nossa visão, é de fundamental importância, a exemplo das rubricas que estão sendo canceladas. Somos favorável, obviamente, ao mérito, mas não podemos concordar em hipótese alguma com o cancelamento destas rubricas de fundamental importância que são os programas de infraestrutura e da água e esgoto.

Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A dúvida levantada pela Bancada do PDT não tem fundamento porque houve a minha responsabilidade de relatar essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça. Quando proferi o meu parecer o fiz de maneira clara e objetiva, antes estudando toda a matéria constitucional. O Artigo a que o nobre Deputado Paulo Maia - Art. 70 da Constituição do Estado do Paraná - faz apenas menção a projetos de leis oriundos de parlamentares e não de mensagens enviadas pelo Poder Executivo ou pelos Poderes Judiciários e Procuradoria Geral da Justiça que podem diretamente enviar mensagens à Assembléia Legislativa.

Portanto, este Projeto enviado pelo Tribunal de Justiça é totalmente constitucional, não fere em artigo algum à Constituição do Estado do Paraná e a sua tramitação poderá ser normal apesar de ter sido por uma vez já rejeitado o Projeto no Plenário desta Casa.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença em nossas galerias do futuro Prefeito de Bela Vista do Paraíso, Augusto Marques de Oliveira.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós havíamos apresentado requerimento pedindo a retirada do Projeto por três Sessões porque tínhamos realmente dúvidas com relação à constitucionalidade desse projeto, tendo em vista que matéria semelhante ou igual - e depois de uma análise mais aprofundada é que vamos saber disso - já fora deliberado, tendo sido rejeitado em uma segunda discussão no dia 25 de maio de 1992. Isto, evidentemente, além de ferir o Artigo constitucional mencionado pelo Deputado Paulo Maia fere também o Artigo 127 do Regimento Interno. No entanto, olhando o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, nós temos que nos curvar ao Parecer desta Comissão, porque evidentemente a matéria foi discutida exaustivamente naquela douta Comissão, tendo inclusive naquela oportunidade sido questionado se o Projeto estaria em condições constitucionais de ser apreciado, que teve restrições de alguns Deputados, que firmaram o Parecer, naquela ocasião, dentro deste aspecto.

Mas, se o assunto foi na Comissão de Constituição e Justiça, debatido, discutido e o Parecer foi favorável, nós queremos

acreditar que o aspecto constitucional e regimental estão cobertos.

O que nós temos, de nossa parte, e acreditamos que uma parcela da nossa Bancada, do PMDB, e uma boa parcela daqueles que dão apoio ao Governo do estado, temos ainda algumas dúvidas com relação ao mérito desta matéria.

Dá outra vez, como já anunciamos aqui, nós rejeitamos este Projeto quando foi discutido o mérito, na segunda discussão e não na primeira discussão. Razão pela qual acordamos com alguns Parlamentares em votarmos hoje o Projeto em primeira discussão, quando vota-se apenas o aspecto constitucional.

E nós estamos aceitando, neste momento, a legalidade constitucional firmada pela Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Erondy Silvério. Mas, nos reservamos no direito de, na Sessão de amanhã, quando se irá discutir o mérito desta matéria, analisá-la com mais profundidade e ver o alcance da mesma, ver no que ela é benéfica e no que ela não deve ser benéfica e aí, sim, se for do nosso entendimento e dos nossos companheiros de Bancada, que esta matéria não deva ser aprovada, nós então, amanhã poderemos votar contrariamente a ela, tendo em vista apenas o mérito.

Quanto à constitucionalidade, nós nos curvamos ao parecer aprovado pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Nós queremos defender, novamente, o Requerimento de retirada da Sessão, porque já foi informado inclusive pelo próprio Deputado Pessuti que no dia 25 de maio de 1992, através do Projeto 379/91, de autoria do Tribunal de Justiça, este Projeto nas mesmas condições foi apresentado e derrotado nesta Assembléia.

Eu não quero, de forma nenhuma, questionar o Parecer do Deputado Colombino Grassano. Só quero ler, aqui, o artigo 70 da Constituição, onde se refere ao Projeto em questão.

(Lê artigo 70) - "A matéria constante do Projeto de Lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos Deputados".

Fica uma dúvida na interpretação. Não diz, aqui, no artigo da Constituição, se o projeto ou se a matéria venha do Poder Legislativo, do Executivo ou do Judiciário. Está claro o artigo dizendo que a matéria constante do projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto na Sessão Legislativa seguinte.

Já disse e repito: não quero questionar a justificativa do Deputado Colombino Grassano, nobre companheiro e ex-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, em função da dúvida que paira, pelo menos para este Deputado e a nossa Bancada sobre a questão, e até porque está em discussão, já com o tempo esgotado do prazo, de que se deve criar e diz, inclusive, uma argumentação do Sindicato dos Servidores: (lê): "Trata-se de Projeto que quer instituir um novo quadro de serventuários, e ao determinar a estes a remuneração pelos cofres públicos do Estado, cria um novo segmento de servidores públicos, justamente num momento em que ainda se discute o regime jurídico único. Regime único e seus desdobramentos, no Estado do Paraná".

Em pleno momento em que se está numa discussão que nem ainda veio para esta Casa, o Projeto do Regime Jurídico Único, que ainda está em discussão por parte dos segmentos da sociedade, nós achamos oportuno que se retire o Projeto, de momento, e que por 10 Sessões se possa esclarecer estes dados. E também, na votação do mérito, analisar novamente, como bem encaminhou o Deputado Pessuti.

Portanto, nós gostaríamos e desejaríamos que se estendesse aos Deputados e que se retire o Projeto por 10 Sessões para que se estude melhor, porque estamos vendo e entendendo que há polêmicas de interpretações sobre o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa passa a discutir a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Paulo Maia que considera improcedente a Questão de Ordem. O Artigo 70 menciona o seguinte: "A Matéria constante do Projeto de Lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Senhores Deputados. Este Artigo se refere exclusivamente aos Senhores Deputados". Para clarear ainda mais a situação, vamos ler o Regimento Interno nº 127: "As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador". É claro que também ressalvadas a iniciativa do Poder Judiciário a quem compete encaminhar a Mensagem no sentido, bem como do Ministério Público do Tribunal de Contas.

Nestas condições improcede a Questão de Ordem. Segue-se a Sessão, colocando em votação o Requerimento da Bancada do PT, Senhores Deputados que aprovam conservem-

-se como estão.

Senhores Deputados que aprovam a retirada por dez Sessões do Projeto de Lei nº 246/92. Conservem-se como estão. **Rejeitada.**

O DR. ROSINHA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o Requerimento.

Nove (09) Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam. Vinte e oito (28) Senhores Deputados rejeitam.

**Está rejeitado.**

Continua em Discussão, votação. Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. PAULO MAIA - Também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Também registrado.

O SR. PAULO MAIA - Nós quando colocamos dúvida a respeito do Projeto, temos que continuar acreditando nisto até que provem o contrário. Por isso retiramos o nosso Requerimento.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Ontem estava na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 261/92 e a nossa Bancada apresentou uma Emenda que foi colocada para relatar o Deputado Arlindo Troian, nós queremos na Sessão de hoje retirar a Emenda e solicitar de Vossa Excelência que coloque o Projeto na Ordem do Dia novamente amanhã sem a Emenda. Nós retiramos a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deferido, o Projeto constará da Ordem do Dia de amanhã.

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1555 e 1554, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1560, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1549, de autoria do Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1550 e 1553, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Curitiba, quarta, em 21.10.92

Requerimento n° 1552, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno. Requerimento n° 1548, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1557, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1561, 1562 e 1563, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1565, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.- **Aprovado.**

A Mesa endossa o requerimento porque dois dos Senhores Deputados, um era suplente e outro foi afastado para ser Secretário de Estado.- **Aprovado.**

Requerimento n° 1564, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1567, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do futuro prefeito de Rondon, Senhor Paulo Borges e a presença do futuro prefeito de Santa Mônica, Valdenir Palmiere.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Em nome da Bancada do PMDB e da Liderança do Governo, nós queremos também nos congratular com a presença do ex-Prefeito do Município de Sarandi, futuro Deputado Estadual - Julio Bisol, que nos honra com sua presença na tribuna de honra da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Deputado Bisol, que logo estará nesta Casa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem nós havíamos falado a respeito da questão e aqui voltamos a fortalecer a necessidade de que se acelere o envio da Mensagem do reajuste do funcionalismo público a esta Casa. Nós estamos assistindo aí uma demora, uma embromação e eu acho que o funcionalismo está cobrando esta resposta que foi anunciada antes da campanha para Prefeito, pelo Governador do estado e nós estamos sentindo, não sabemos quais os motivos, talvez seja até pela necessidade de uma Mensagem de suplementação orçamentária, que com certeza terá o nosso apoio. Então a Bancada do PDT, mais uma vez, solicita ao nobre líder do Governo, a Mesa Executiva da Casa, a agilização desta Mensagem, que, com certeza amenizará os problemas do funcionalismo público do Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente.

Ainda na manhã de hoje, quando estivemos no Palácio Iguazu, acompanhando a solução definitiva do problema havido com os agricultores da Fazenda Cancan, aonde o Governador adquiriu na Boa Vista uma área de terra, no Município de Pitanga, onde os mesmos foram assentados, nós indagávamos ao Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, acerca da Mensagem, e a informação que recebemos é que a mesma estava pronta e que seria hoje enviada à Assembleia Legislativa.

Então estamos no aguardo que a mesma seja encaminhada hoje, para que possa ir à C.C.J. e na semana que vem possamos discutí-la e votá-la e desta forma os ajustes salariais possam ser incluídos no próximo contracheque dos servidores do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 261/92.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 012/92, 172/92, 246/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 289/91, 253/92, 267/92, 275/92, 277/92 e 278/92.

Levanta-se a sessão.